

26 JUN 1991

O GLOBO

Acerto de contas

O ENTENDIMENTO entre o Brasil e seus credores externos ofereceu ao Governo federal a oportunidade para o que pode constituir significativa mudança de costumes no plano interno.

O GOVERNO precisa apresentar esta semana os US\$ 900 milhões relativos à primeira parcela dos juros atrasados de US\$ 2 bilhões que serão pagos este ano. Para acertar a conta, Estados, Municípios e empresas estatais tinham até segunda-feira passada que depositar no Banco Central a parte que lhes cabe no total.

PODIA ser um desses compromissos formais que o administrador público, por essas bandas, acostumou-se a escamotear. Desta vez, entretanto, há consequências para os inadimplentes: desde ontem, eles tiveram suas contas no Tesouro nacional automaticamente bloqueadas.

O TESOURO não pode deixar de honrar a dívida com que se comprometeu, e bancará qualquer parcela porventura a descoberto. Mas, depois, vai à forra: as estatais em débito serão chamadas a um acerto com o seu patrão. Governos estaduais e municipais que estiverem na mesma situação terão seus fundos de participação na receita tributária retidos pelo Tesouro nacional, na quantia equivalente ao débito em atraso.

PELAS estatais, responde o Ministro da Infra-Estrutura João Santana. Ele enfatizou que não há outro caminho senão o acer-

to, pois isto faz parte do esforço do Governo para normalizar as relações financeiras com o mercado internacional.

A CONVERSA pode ser dura com alguns Estados — e é significativo que a lista dos maiores devedores seja encabeçada pelos grandes: São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul. Mas tudo indica que a decisão do Governo é resultante de um cálculo político bem meditado.

TRATA-SE, nem mais nem menos, de quebrar o círculo vicioso do calote que, de uns anos para cá, assumiu um ar de fatalidade — começando lá fora para vir bater na mais modesta administração municipal, e daí espalhando-se por toda a organização social.

ESTE "ciclo do calote" parece ter-se imposto em consequência de uma reação instintiva, intuitiva, contra o peso da dívida externa. Com argumentos de maior ou menor consistência, generalizou-se a impressão de que o Brasil estava sendo prejudicado por uma aproximação excessivamente ortodoxa ao problema da dívida, e que era preciso encontrar caminhos que revolucionassem esse estado de coisas.

A PASSAGEM de Dilson Fuzinato pelo Ministério da Fazenda foi um momento característico desse processo, refletindo-se numa retórica dura face à cobrança externa. Com alguns anos de distância, a Minis-

tra Zélia Cardoso de Mello retomou a pregação, e ficou famosa por oferecer aos credores um rosto impassível.

CADA momento, entretanto, tem a sua verdade própria; e a verdade de agora é que o Brasil, defendendo da melhor maneira possível os seus interesses nacionais, não podia continuar distanciado, ou até em posição de beligerância, face à comunidade financeira internacional. Pode-se discutir uma dívida; mas não se pode, por vontade própria, cancelá-la.

É UM momento de maturidade no nosso relacionamento externo. O que Brasília acaba de fazer é cobrar a mesma responsabilidade dos demais escalões administrativos da sociedade.

O PRETEXTO para isso é uma realidade externa. Mas quem pode negar que, das fronteiras para dentro, estava na hora de chamar às falas os administradores, na mesma medida das responsabilidades que lhes cabem? Foi-se o tempo em que, no Brasil, fora da iniciativa privada, administrar era gastar dinheiro e mandar a conta para o Governo federal.

BRASÍLIA não quer mais pagar a conta; ou não quer assumir mais do que o necessário na divisão dos sacrifícios. É uma postura realista, que pode inverter um antiquíssimo hábito brasileiro: o de achar que o Governo é um pai sempre em condições de sustentar os seus filhos, façam eles o que fizerem.